

## Educação

### Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

#### Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso

#### AVISO

**Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial para carreira e categoria de assistente operacional, de grau 1.**

1 – Nos termos dos artigos 33º e 34º, dos nº 2, 3, 4 e 6 do artigo 36º, dos artigos 37º e 38º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no artº 11 da Portaria nº 125-A/2019, 30 de abril, alterada pela Portaria nº 12-A/2021, de 11 de janeiro, torna-se público que, por despacho da Diretora do Agrupamento de Escolas de D. Dinis – Santo Tirso, de 20/10/2021, na sequência do despacho do Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares de 17/09/2021, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso de abertura (extrato) no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de **um posto** de trabalho, da carreira e categoria de assistente operacional (grau 1), em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial (3,5 horas diárias), com termo em **31 de dezembro de 2021**, para exercer funções nas escolas que integram este Agrupamento.

2 - Caso se verifique a previsão no nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atu este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar de 2021/2022.

3 – Em cumprimentos do disposto no artigo 34º do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado pela Lei nº 25/2017, de 30 de maio, foi solicitado parecer prévio à entidade gestora de valorização profissional – INA, que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional para os postos de trabalho a preencher.

4 – Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 32º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo.

5 – Legislação aplicável – O presente procedimento rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 35/2014, de 20 de junho, Decreto Regulamentar nº 14/2008, de 31 de julho, Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual, Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

6 – Local de Trabalho: Escolas do Agrupamento de Escolas D. Dinis – Santo Tirso, que se situam nas seguintes localidades: Santo Tirso, Carreira, Guimarei, Agrela, Refojos, Reguenga e Água Longa.

7 – Caracterização do posto de trabalho - O posto de trabalho a ocupar caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, e de acordo com as atividades inerentes às de auxiliar de ação educativa, de acordo designadamente com o seguinte perfil de competências:

- a) Exercer as tarefas de atendimento e encaminhamento dos utilizadores das escolas e controlar as entradas e saídas da escola;
- b) Prestar informações, utilizar equipamentos de comunicação, incluindo estabelecer ligações telefónicas, receber e transmitir mensagens;
- c) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
- d) Exercer atividades de apoio aos serviços de ação social escolar, laboratórios, refeitório, bar e bibliotecas escolares, de modo a permitir o seu normal funcionamento;
- e) Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a sua manutenção e gestão de stocks necessários ao seu funcionamento;
- f) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- g) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
- h) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde;
- i) Efetuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços.

8 – Remuneração base: a correspondente ao valor proporcional da hora prevista no artigo 155º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

9 – Requisitos de admissão: São admitidos ao concurso todos os candidatos que satisfaçam até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas os seguintes requisitos:

9.1 Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17º da Lei nº 35/2014 de 20/06, nomeadamente:

- a) nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;

- c) não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
- d) robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9.2 – Ser detentor da escolaridade obrigatória (considerando a data de nascimento) ou curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1, de acordo com o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 86º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho. A título excepcional, no presente procedimento concursal é admissível em substituição do nível habilitacional, a relevância da formação ou experiência profissional comprovada, conforme o nº 2 do artigo 34º do documento legal supracitado.

10 – Para efeitos do disposto na alínea K) do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem idênticos postos de trabalho previstos no serviço para cuja ocupação se publicita o procedimento.

10.1 - Tendo em conta os procedimentos em curso no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), considera-se em situação análoga à prevista no número anterior os candidatos que, na sequência de parecer da CAB da respetiva área governamental, homologado a tempo inteiro pelos membros do Governo competentes, aguardem conclusão do correspondente procedimento que só a eles diga respeito.

11 – Formalização das candidaturas:

11.1 – Prazo de candidatura – 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do aviso de abertura (extrato) na Bolsa de Emprego Público (BEP).

11.2 – Forma - As candidaturas deverão ser apresentadas em suporte de papel, mediante o preenchimento de um formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível nos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento ou na página eletrónica da DGAEP e entregues pessoalmente nos serviços administrativos da escola sede ou remetidas por correio registado com aviso de receção para o Agrupamento de Escolas de D. Dinis – Rua da Misericórdia, s/n, 4780-501 Santo Tirso, dirigido à sua Diretora até ao último dia do prazo para apresentação das candidaturas, dos seguintes documentos:

- Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
- *Curriculum Vitae* datado e assinado;
- Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração, caso existam;

- Certificado do registo criminal, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro;

- Declarações de tempo de serviço e da experiência profissional para o exercício das funções do lugar a concurso.

11.3 – Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 03/02, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

11.4 - Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2009, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos.

11.5 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 – Métodos e critérios de seleção:

12.1 – Nos termos do artigo 36º da LTFP e do artigo 5.º da Portaria nº 125-A/2019, e dada a urgência do procedimento, será aplicado um único método de seleção: Avaliação Curricular (AC).

12.1.1 – Avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes:

Habilitação Académica de Base (HAB) ou curso equiparado;

Formação Profissional (FP);

Experiência Profissional (EP);

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HAB + FP + EP}{3}$$

12.3.1 - A habilitação académica de base será ponderada de acordo com a seguinte pontuação (HAB):

- a) 20 valores – Habilitações de grau académico superior;
- b) 18 valores – 11º ou 12º ano de escolaridade ou cursos que lhe sejam equiparados;
- c) 16 valores – Escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

12.3.2 - A Formação profissional (FP) direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar, será valorada com um mínimo de dez valores a atribuir a todos os candidatos, a qual acresce até um máximo de 20 valores. Será graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 10 valores – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 40 ou mais horas;
- b) 8 valores – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de mais de 25 horas e menos de 40 horas;
- c) 6 valores – Formação diretamente relacionada com a área funcional, até 25 horas;
- d) 4 valores – Formação indiretamente relacionada com a área funcional, superior a 25 horas;
- e) 2 valores – Formação indiretamente relacionada com a área funcional, até 25 horas.

12.3.3 - A Experiência profissional (EP) será ponderada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores – quatro ou mais anos de tempo de serviço, no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa para a qual se promove o presente procedimento concursal;
- b) 18 valores – De dois a quatro anos de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto para a qual se promove o presente procedimento concursal;
- c) 16 valores – Menos de dois anos de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto para a qual se promove o presente procedimento concursal;
- d) 14 valores – quatro ou mais anos de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;
- e) 12 valores – De dois a quatro anos de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;
- f) 10 valores – menos de dois anos de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria;

13 – Atendendo à urgência do presente procedimento concursal, será aplicada um único método de seleção: Avaliação Curricular.

14- Composição do Júri:

Presidente: Paula Cristina Arada Leitão (Subdiretora)

Vogais efetivos: Sara Manuela Neto Machado (Docente) e Manuel José Lopes Rocha da Silva (Encarregado dos Assistentes Operacionais)

Vogais suplentes: Jorge Miguel Lírio dos Santos e Armindo Sérgio Machado Ferreira (Adjuntos)

14.1 – O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

14.2 – Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, os critérios de apreciação e de ponderação do método de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais são publicitadas no sítio da Internet da entidade.

15 – A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção.

16 – Critérios de ordenação preferênciam:

16.1 – Em caso de igualdade de valoração, os critérios de ordenação preferencial adotar são os constantes do artigo 27º da Portaria nº 125-A/2019.

16.2 – A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da Habilitação Académica de Base (HAB)
- b) Valoração da Experiência Profissional (EP)
- c) Valoração da Formação Profissional (FP)
- d) Preferência pelo candidato de maior idade.

17 – A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação do método de seleção é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 28º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

17.1 – A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da Diretora do Agrupamento de Escolas D. Dinis – Santo Tirso é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso no Diário da República, 2ª série, com informação sobre a sua publicitação.

18 – Exclusão e notificação dos candidatos: os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

19 – Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2021/2022.

20 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de

oportunidades, entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

21 – Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 11º da Portaria nº 125-A/2019, de 22/01, o presente aviso é publicitado no Diário da República, 2ª série, por extrato, bem como no sítio da Internet deste Agrupamento de Escolas D. Dinis – Santo Tirso e na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), no 1º dia útil seguinte à publicação no Diário da República, 2ª série.

21 de outubro de 2021

A Diretora

